



Senadores aprovam novas regras para distrato de imóveis

Marcos Oliveira/Agência Senado



Entre Aécio Neves e Gladson Cameli, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, comanda votação das emendas ao texto

Projeto, que prevê multa de 50% em caso de desistência da compra, foi muito criticado e teve que sofrer mudanças para dar mais segurança ao comprador. Texto terá que retornar à Câmara

O Plenário concluiu ontem a votação do projeto que estabelece direitos e deveres de compradores e empresas construtoras nos casos de rescisão de contratos de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou loteamento.

O texto mantém a garantia de que as empresas fiquem com até 50% do valor pago pelo comprador em caso de desistência da compra.

Como houve críticas de senadores, que consideraram que a proposta poderia ser prejudicial aos

consumidores, o relator, Armando Monteiro, acatou emendas de Simone Tebet, que foram aprovadas pelos senadores. O objetivo, segundo ela, foi equilibrar a proposta para dar mais segurança ao comprador.

Uma das mudanças prevê que os contratos tenham um quadro-resumo com condições detalhadas da negociação. Com isso, segundo Armando, incorporador e comprador não poderão alegar desconhecimento das regras contratuais.

Como foi modificado, o texto volta à Câmara. **3**

Santas Casas terão linha de crédito de R\$ 4,7 bilhões **3**

Uso terapêutico da maconha tem parecer favorável **6**

Comissão poderá votar relatório de Código Comercial na terça-feira

Apresentado ontem pelo senador Pedro Chaves, o relatório favorável à proposta de atualização do Código Comercial poderá ser votado na terça-feira pela comissão temporária encarregada da análise do projeto.

O texto foi elaborado por

uma comissão de juristas e apresentado pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros.

A proposta tem mais de mil artigos e disciplina a organização e a exploração de empresas em áreas como direito societário e comercial. **5**

Pedro Franco/Agência Senado



Presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho ouve o relator, Pedro Chaves

Brasil terá novo embaixador na Guiné-Bissau **7**

Paulo Guedes se reúne com relatores do Orçamento **5**



Senador Ataide Oliveira (C) preside encontro que debateu a ampliação de medidas de combate ao tabagismo

Veto a propaganda de cigarro recebe críticas

O projeto de lei que proíbe totalmente a propaganda de cigarro e cria embalagem genérica para o produto sofreu ontem duras críticas de representantes da indústria do tabaco durante audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização

e Controle e Defesa do Consumidor. Para eles, a proposta favorece o contrabando de cigarros. O projeto, de José Serra, é relatado por Cristovam Buarque, para quem ampliar o combate ao tabagismo é uma questão de saúde pública. **7**

Fundo Nacional de Segurança Pública terá recursos de loterias

Parte dos recursos arrecadados com as loterias esportivas e federais será destinado para o Fundo Nacional de Segurança Pública. É o que determina a Medida Provisória 846/2018, aprovada ontem em Plenário. O texto, que vai a sanção, também reformula o financiamento de diversos setores a partir da verba das loterias, como o esporte e a cultura. A medida tem o apoio do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro. **3**

Projeto fixa prazo de 30 dias para Banco Central comunicar crime

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto de Magno Malta estabelecendo que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários terão até 30 dias para acionar o Ministério Público quando detectarem indícios de crimes financeiros. A legislação em vigor já prevê a obrigatoriedade da notificação, mas não determina um prazo. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos. **4**

Geraldo Magela/Agência Senado

Debate: primeira infância é essencial na formação

Em audiência promovida por duas comissões, especialistas disseram que situações vividas pela criança até os 6 anos de idade são fundamentais para o desenvolvimento do futuro adulto

PSICÓLOGOS, MÉDICOS E educadores apontaram a importância dos investimentos e de cuidados na primeira infância para o desenvolvimento dos futuros adultos. Eles participaram de audiência conjunta ontem das Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). A presidente da CAS, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), que é psicóloga, lembrou que as experiências e hábitos das gestantes durante a gravidez e as situações vividas pela criança até os 6 anos de idade são decisivos.

— Exatamente na primeira infância onde são desenvolvidas as emoções, os aspectos todos cognitivos e os instrumentos com os quais a criança vai contar para o resto da vida.

A psicóloga Jaqueline Wendland apontou o preconceito e a situação precária e vulnerável das mães e gestantes migrantes no Brasil e no mundo, sujeitas a uma série



Audiência conjunta fez parte da Semana de Valorização da Primeira Infância

de ameaças e agressões. Ela apresentou a iniciativa bem-sucedida da assistência pública dos hospitais de Paris, que recebem imigrantes de várias nacionalidades, e defendeu o atendimento, o acolhimento e a integração das famílias estrangeiras.

— O cuidador da primeira infância vai ser como uma terra firme para pessoas que estão à deriva.

O pediatra e psiquiatra infantil americano Joshua

Sparrow destacou que os filhos de lares desestruturados e as crianças vítimas de maus-tratos e negligência sofrem e reproduzem um ciclo de pobreza e violência.

— As mães estão transmitindo as suas experiências que não tiveram ajuda para superar para a próxima geração.

A audiência faz parte das atividades da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado.

Jovens senadores colocam propostas em discussão



O terceiro dia do Projeto Jovem Senador 2018 foi destinado à apresentação de ideias e sugestões de projetos de lei pelos estudantes classificados. Ontem os 27 jovens senadores dividiram-se em três comissões para discutir as propostas:

Na Comissão Nísia Floresta, os jovens senadores apresentaram projeto de lei que criminaliza a introdução de espécime vegetal no país. O objetivo é o de preservar a flora brasileira, que sofre prejuízos causados pela introdução de espécimes vegetais exóticos e falta de pareceres técnicos oficiais favoráveis a esse tipo de inserção.

A Comissão Cecília Meireles sugeriu projeto que institui no âmbito escolar a semana nacional de combate e prevenção

do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a ser realizada anualmente. O objetivo é engajar a comunidade escolar no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, divulgar os direitos e os meios de preservação da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes e fomentar a integração da escola com órgãos e profissionais que atuam na área.

Já na Comissão Sobral Pinto, os estudantes propuseram a inclusão do princípio do respeito à diversidade, no ambiente escolar, de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissões, artísticas e outras. A justificativa do projeto é a de proporcionar o pleno desenvolvimento do aluno, a conquista da autonomia, seu preparo para a

participação social, o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade justa, plural e igualitária.

Cada comissão tem nove integrantes. Após apresentados, os projetos foram encaminhados para as demais comissões, assim cada grupo adicionou propostas de emendas e vão votar pelo prosseguimento ou não para aprovação final amanhã no Plenário do Senado Jovem.

Processo legislativo

O trabalho dos jovens na elaboração das proposições foi auxiliado por consultores legislativos, que tiraram dúvidas e explicaram como fazer a parte técnica dos projetos. Para o consultor legislativo da área educacional José Edmar de Queiroz, o Projeto Jovem Senador proporciona uma experiência marcante de educação para a cidadania.

Eunício: cessão onerosa do pré-sal precisa de acordo

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que só colocará em votação o projeto sobre a cessão onerosa do pré-sal depois de fechado acordo para que estados e municípios também recebam parte dos recursos que serão arrecadados.

— Sem repasse eu não voto a cessão onerosa — disse.

O PLC 78/2018 autoriza a Pe-

trobras a transferir a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração de petróleo na área do pré-sal.

Eunício disse que conversou com os futuros ministros Paulo Guedes, da Economia, e Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, e com governadores eleitos do Nordeste e afirmou que negociações estão em andamento.



Eunício quer garantir acordo para repasse a estados e municípios

Adiada votação de texto que aumenta taxas cartoriais no DF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou por uma semana a votação do projeto que eleva as taxas cartoriais e cria um fundo para financiar e modernizar a Justiça do Distrito Federal.

Após a leitura do relatório por Rose de Freitas (Pode-ES), senadores pediram vista para analisar o texto. José Pimentel (PT-CE), Raulo Rodrigues (Rede-AP) e Reguffe (sem partido-DF) solicitaram acesso à tabela de valores atualizada, que, segundo eles, não estava disponível. Rose de Freitas informou que a tabela estava anexada ao projeto.

Segundo Reguffe, a proposta, se aprovada, aumentará as taxas em até 700%. Ele disse ser contrário ao projeto:

— O projeto aumenta de forma abusiva as taxas de cartório do DF. Um item aumenta mais de 700% e outros em mais de 600%.

Além do reajuste dos ser-

viços, o PLC 99/2017, apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), cria duas taxas — uma de 10% e outra de 7% — sobre os emolumentos notariais pagos pelos usuários brasileiros.

A taxa de 10% destina-se ao Fundo de Reaparelhamento e Desenvolvimento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Funreju), para ações de modernização da Justiça viabilizadas pelo Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus).

Já a alíquota de 7% vai para a criação da Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar aqueles de menor movimento, uma compensação pelos serviços gratuitos ofertados pelos cartórios, como certidões de nascimento e de óbito.

Reguffe pede votação de projeto contra corrupção

Reguffe (sem partido-DF) pediu a análise de dois projetos seus. O PLS 187/2018 aumenta pena para crimes de corrupção, obriga o ressarcimento do dano e o pagamento de multa de três vezes o valor do prejuízo causado à administração. Já o PLS 188/2018 obriga o ressarcimento integral do dano e o pagamento de indenização de duas vezes o valor do prejuízo causado por quem pichar, vandalizar ou depredar patrimônio.

— Justiça é, antes de tudo, reparação.



Jefferson Raulo Rodrigues

Ana Amélia teme fragilização da Operação Lava Jato

Ao defender a Operação Lava Jato, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que é contra a transferência para a Justiça Eleitoral do julgamento de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relativos a campanhas. Essa questão será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no caso do ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes e, se aprovada, representará um risco para a Lava Jato, afirmou a senadora.

— Aí sim nós temos um risco sério de enfraquecimento, de fragilização, de um retrocesso na Operação Lava Jato, que ganhou espaço e prestígio no país exatamente por simbolizar que a lei é igual para todos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CMO Obras irregulares

9h Audiência para analisar obras com irregularidades graves identificadas pelo TCU.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h Projeto sobre receitas de estados, do DF e de municípios está na pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova regras para distrato de imóvel

Projeto que prevê multa de até 50% em caso de desistência de aquisição foi mudado pelo Senado e terá que ser analisado novamente pelos deputados

O SENADO CONCLUIU ontem a votação do projeto que fixa direitos e deveres das partes nos casos de rescisão de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou loteamento. O PLC 68/2018 mantém a previsão de que as construtoras fiquem com até 50% dos valores pagos pelo consumidor em caso de desistência da compra, motivo de crítica de senadores que consideram a proposta prejudicial aos consumidores. Como o projeto foi mudado, voltará à Câmara.

— Submeter de novo este projeto à Câmara dos Deputados é perder tempo, é não dialogar com a necessária segurança jurídica para que o empreendedor brasileiro possa continuar empreendendo, continuar prosperando, continuar gerando emprego — disse o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

— Não temos dúvida que o



Para senadores, as emendas acatadas no relatório de Armando (2º à dir.) dão mais segurança aos compradores

ramo da construção civil é o que mais emprega no Brasil. O problema é que o projeto, da forma como veio da Câmara, é inconstitucional, não garante segurança jurídica — argumentou Simone Tebet (MDB-MS), autora de várias emendas.

Para ela, as alterações acatadas pelo relator, Armando Monteiro (PTB-PE), representam uma forma de reequilibrar o projeto, evitando cláusulas abusivas que poderiam gerar insegurança ao consumidor e, conseqüentemente, prejudicar as vendas.

Uma das emendas aprovadas obriga os contratos a apresentar um quadro-resumo com as condições das negociações. Com isso, segundo o relator, incorporador e comprador não mais poderão alegar desconhecimento das principais obrigações contratadas.

O relator também acolheu outra sugestão de Simone para a cobrança da taxa de fruição relativa à ocupação do imóvel. A emenda fixa o índice de 0,5% do valor atualizado do contrato por mês. Atualmente, a Justiça tem reconhecido o direito de retenção do vendedor em 1%

do valor do imóvel por mês, mesma percentagem prevista no projeto. A taxa de fruição deve ser paga a uma construtora pelo usufruto de um imóvel que foi ocupado por um comprador inadimplente. No caso do fim do contrato de compra de lotes, a taxa será de 0,75%.

Também foi aprovada uma emenda que limita a dívida total aos valores já pagos pelo consumidor que deu causa à resolução do contrato. A ideia é impedir que o comprador fique com saldo negativo com a incorporadora. Outra emenda

aprovada foi uma alteração de redação apresentada durante a votação pelo senador Romero Jucá (MDB-RR) para deixar claro que as multas previstas não se aplicam a financiamentos da Caixa Econômica Federal, como os do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O projeto, do deputado Celso Russomano (PRB-SP), havia sido rejeitado pela CAE em julho, mas um recurso fez com que voltasse para o Plenário, onde recebeu novas emendas. Com isso, o projeto foi analisado novamente pela comissão, que aprovou o relatório com as mudanças.

Vários parlamentares consideraram o texto favorável demais às empresas.

— Muitas construtoras, quando vendem o apartamento na planta e fazem o lançamento, já sabem que o cidadão que começou a pagar, ao chegar o momento de receber e fazer o financiamento na Caixa, não vai ter aprovado o financiamento, porque o cidadão não tem renda para tal. Num mato sem cachorro, o que faz o cidadão? Perde o seu imóvel e ainda é multado em 50% — disse o senador Magno Malta (PR-ES).

Segurança pública receberá recursos de loterias

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que destina parte dos recursos arrecadados com as loterias esportivas e federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A MP 846/2018 também reformula o financiamento de diversos setores a partir da verba das loterias, como o esporte e a cultura. O texto segue agora para sanção.

A medida foi editada em agosto como uma nova versão da MP 841/2018, editada em junho e já sem validade. O novo texto surgiu de uma articulação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, após pressões de entidades dos dois

setores, uma vez que a MP anterior diminuía os repasses das loterias para essas áreas a fim de aumentar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação teve o apoio do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Dos recursos arrecadados com as loterias, a MP estabelece a transferência para o FNSP de 11,49% neste ano e 2% a partir de 2019. O fundo também receberá 5% dos recursos das loterias federais em 2018 e 2,22% a partir do

ano que vem. Já para o Fundo Nacional de Cultura (FNC), a transferência será de 1% dos recursos das loterias esportivas. Dos recursos das loterias federais, a cultura também vai receber 0,5% a partir do ano que vem. O FNC ainda receberá 0,4% dos recursos da Lotex. A participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias será de 10% em 2018 e 3,1% a partir de 2019.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), incluiu a garantia de que entre 10% e 15% do FNSP será usado em programas habitacionais e de melhoria da qualidade de vida para os profissionais de segurança pública.

Aprovada MP que prevê linha de R\$ 4,7 bilhões para santas casas

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que cria uma linha de crédito de R\$ 4,7 bilhões com recursos do FGTS para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS. Como o texto foi modificado, a MP 848/2018 será enviada novamente à Câmara. Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se o texto for aprovado sem modificações pelos deputados, a própria Câmara enviará a medida à sanção.

A MP determina que 5% do programa anual de aplicações do FGTS sejam destinados a

essa linha de financiamento. Os operadores serão Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. O risco financeiro da operação ficará com os bancos.

O relator, Lasier Martins (PSD-RS), incluiu no texto uma regra para que a santa casa interessada no financiamento ofereça um mínimo de 60% de seus serviços ao SUS, como já ocorre atualmente, e comprove todo ano a prestação dos serviços com base no número de internações e atendimentos ambulatoriais realizados.

Com Agência Câmara

Fátima Bezerra enumera demandas do Nordeste

Eleita governadora do Rio Grande do Norte, a senadora Fátima Bezerra (PT) destacou ontem as demandas que os governadores eleitos do Nordeste encaminharão ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. Ela disse que a primeira delas é a retomada de obras para promover crescimento econômico e gerar empregos. A ênfase, disse, deve ser dada à infraestrutura, como a transposição do Rio São Francisco. A senadora também mencionou um pacto nacional pela segurança pública e a reforma tributária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pinheiro pede diálogo de Bolsonaro e governadores

Walter Pinheiro (sem partido-BA) chamou a atenção para o encontro de governadores do Nordeste, ocorrido ontem. Ele declarou não temer “perseguição” de Jair Bolsonaro a governadores opositores, pois espera que o presidente eleito tenha acumulado amadurecimento em suas relações e possa trabalhar dentro da lógica do diálogo.

— Eu fiz oposição, mas tem um governo e, a partir do dia 1º de janeiro, aí são instituições e instituições que se relacionam.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto quer recursos do pré-sal para saúde

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a aplicação em saúde e educação dos recursos que serão disponibilizados pelo projeto que acaba com a cessão onerosa no pré-sal (PLC 78/2018). De acordo com ele, a destinação de pelo menos 50% dos recursos para estados e municípios é fundamental.

— Metade desse dinheiro seria encaminhado para a educação e para a saúde, especialmente em um momento em que nós vamos passar por mais turbulências nessa área.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Guaracy critica declarações de Dilma na Argentina

Guaracy Silveira (DC-TO) criticou a ex-presidente Dilma Rousseff por uma declaração que teria sido dada a estudantes argentinos, segundo a qual “se aliará até ao diabo” para combater o futuro governo de Jair Bolsonaro.

— Pode ser uma força de expressão, mas é extremamente irresponsável para quem foi presidente, quem foi ministra, quem ocupou tantos cargos relevantes na República. Pelo que percebemos, a experiência não trouxe nem prudência a essa senhora.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Prazo inicial para o Banco Central comunicar indícios era de 5 dias, mas o relator considerou o período pequeno

Banco Central terá até 30 dias para comunicar crime

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça define prazo de comunicação ao Ministério Público sobre suspeita de movimentação irregular contra o Sistema Financeiro Nacional

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que dá prazo máximo de 30 dias para que o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acionem o Ministério Público (MPF), com a documentação adequada, caso suspeitem de movimentações com indícios de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

A Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro (Lei 7.492, de 1986) já aponta a necessidade de comunicação ao Ministério Público sempre que, no exercício de suas atribuições, o BC ou a CVM verificarem a ocorrência de crime. Porém, a

lei não definiu prazo para que a comunicação ocorra, uma lacuna, no entender do autor do projeto, senador Magno Malta (PR-ES).

O PLS 359/2013 é visto como uma forma de reforçar o combate a esse tipo de crime.

Inicialmente o texto previa o prazo de cinco dias para que servidores do BC e da CVM informassem ao MPF a existência de indícios de prática criminosa, mas o relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), considerou o prazo exíguo.

“A remessa dos documentos comprobatórios da ocorrência de crime à Procuradoria da

República deve ser precedida de metucioso e cuidadoso exame, a fim de que não sejam estimulados procedimentos criminais por mera suspeita ou presunção”, aponta no parecer.

Análise criteriosa

O senador também defende que o prazo de 30 dias será suficiente para que os técnicos do BC e da CVM façam uma pré-análise criteriosa dos indícios de crimes, evitando sobrecarregar o MPF, ou para que os processos não sejam abertos de forma açodada.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Avança texto que regulamenta profissão de podólogo

Vai para votação no Plenário o projeto que regulamenta a atividade de podólogo. O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Paulo Rocha (PT-PA), modificou o texto para vincular esses profissionais ao Conselho Federal de Biomedicina. No projeto original, estava prevista a criação de um conselho de podologia, além de conselhos regionais específicos para os podólogos. Por causa da alteração, a CAS votou novamente o projeto.

Pelo texto, a profissão será exercida por diplomados em curso superior ou técnico em podologia. Também podem atuar como técnicos os profissionais habilitados de acordo com a atual legislação e que já

trabalham na área há mais de cinco anos, como pedicuros e calistas.

Os técnicos em podologia formados por escolas autorizadas até a publicação da lei poderão exercer as mesmas atividades do podólogo. Nas localidades onde inexistir

alguém que cumpra na integralidade as exigências da regulamentação, o técnico poderá, durante um período de dez anos, assumir as atividades de competência do podólogo. Para o exercício da profissão em hospitais e clínicas será exigida carteira profissional.



Paulo Rocha é relator do projeto que regulamenta a profissão de podólogo

Proposta sobre portabilidade da conta de luz passa em colegiado

Um dia após ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto que expande o mercado livre de energia elétrica passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação foi realizada ontem e os senadores não fizeram alteração na proposta, que segue agora para sua última análise pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O PLS 232/2016, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), altera o modelo comercial de energia elétrica no país com a intenção de, progressivamente, permitir que os pequenos consumidores possam optar em fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores de energia.

Atualmente clientes com carga inferior a 500 kilowatts só podem comprar energia da distribuidora em que estão conectados. Esse é o caso do pequeno consumidor residencial, comercial ou de pequenas indústrias, chamado de mercado consumidor cativo.

Na fase de discussão da proposta, o senador Hélio José (Pros-DF), que é formado em engenharia elétrica, afirmou que a medida será importante para facilitar a vida dos brasi-

leiros, aumentar a competição do mercado e fazer com que os preços sejam reduzidos.

O senador José Pimentel (PT-CE) pediu a aprovação rápida da proposta.

— A matéria foi discutida ontem na CAE, onde ficou bem claro que o aumento da competitividade vai beneficiar os consumidores. Como não se trata de um projeto terminativo aqui na CCJ, peço que aprovem o parecer para discutimos o mérito na Comissão de Infraestrutura — afirmou.

Na CCJ, o relator foi Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que não detectou qualquer vício de constitucionalidade formal na proposta.



Relator na CCJ, Bezerra analisou a constitucionalidade da proposta

Regulação de psicomotricista vai à Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer a favor do projeto que regulamenta o exercício da profissão de psicomotricista e autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de Psicomotricidade (PLC 74/2018).

O texto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo proposta, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), poderão exercer a atividade de psicomotricista os profissionais registrados nos conselhos regionais que tiverem diploma de curso superior de psicomotricidade ou aqueles portadores de diploma de curso de pós-graduação nas áreas de saúde e de educação com especialização em psicomotricidade até 48 meses após a promulgação da lei.

Em seu relatório, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) diz que a proposta possui qualidades inequívocas e que merece aprovação. Na visão dele, o reconhecimento legal de novas profissões se apresenta como um anseio legítimo dos profissionais que delas se ocupam.

A justificativa do projeto destaca que a psicomotricidade é oferecida em clínicas, consultórios, hospitais, maternidade, escolas especiais, associações, cooperativas, áreas públicas e outros locais que envolvem o desenvolvimento da motricidade e da psicomotricidade.

A psicomotricidade é uma técnica em que se cruzam múltiplos pontos de vista e que utiliza os conhecimentos de várias ciências, além de ser uma terapia que se dispõe a desenvolver a expressão corporal do indivíduo.

MP do Saneamento Básico não é votada por Câmara e Senado e perde vigência

Perdeu a vigência a medida provisória que altera o Marco Legal do Saneamento Básico. O ato de encerramento da vigência foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 844/2018 foi aprovada

na comissão mista encarregada de analisar o texto no dia 31 de outubro, mas faltava a análise pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O relator da MP na comissão

foi o senador Valdir Raupp (MDB-RO). De acordo com a medida, a Agência Nacional de Águas (ANA) passaria a regulamentar os serviços públicos de saneamento básico. Antes, a atribuição era do Ministério

das Cidades. A ANA também ficaria responsável por atuar em áreas como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A oposição criticou a me-

dida provisória. O texto determinava que os municípios realizassem licitação para executar obras de água e esgoto. Para alguns parlamentares, a MP abria espaço para a privatização do setor.

Comissão vota na terça novo Código Comercial

Pedro Chaves entregou ontem relatório sobre a proposta, que foi elaborada por uma comissão de juristas e apresentada por Renan Calheiros em 2013

A COMISSÃO TEMPORÁRIA para reforma do Código Comercial votará na terça-feira o relatório de Pedro Chaves (PRB-MS). Ontem ele entregou parecer favorável ao projeto de uma comissão de juristas e apresentado pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL).

O PLS 487/2013 tem mais de mil artigos e disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

O novo código classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços. O projeto define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas — as antigas juntas comerciais.

A proposta admite a existência do empresário individual, que poderá se inscrever no registro público por meio eletrônico. Ele deve exercer a atividade em regime fiduciário: no caso de falência, o patrimônio pessoal não pode ser usado para pagar dívidas da atividade empresarial. Caso não faça a inscrição no registro público, o empreendedor passa a ser considerado empresário individual informal.

De acordo com o relator, a nova legislação será a principal norma usada para regular as relações entre empresários:

— O Código Civil passa a ser aplicável apenas subsidiariamente, naquilo que não for regulado pelo Código Comercial. Afasta-se ainda a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas obrigações entre empresários.

Concorrência

A proposta pune a concorrência desleal. São exemplos a divulgação de informação falsa contra concorrente e o aliciamento de empregado de concorrente para obter informação estratégica. O projeto prevê o pagamento de indenização, além de sanções penais e administrativas.

O texto também condena a concorrência parasitária, definida como o aproveitamento, sem autorização, de marca ou nome empresarial alheios.

O texto define o comércio eletrônico como aquele em que as partes se comunicam e contratam por meio da transmissão de dados. A prática abrange o comércio de mercadorias, insumos e serviços. As regras só valem quando todas as partes envolvidas são empresários. O novo código protege o empresário de pequeno porte nas relações de comércio eletrônico com empreendedores maiores.

O projeto também define os tipos de sociedade possíveis no Brasil: limitada, anônima, em nome coletivo e em conta de participação. Desaparece o conceito de sociedade empresária.

A sociedade limitada é constituída por um ou mais sócios, que podem ser pessoas físicas



Projeto relatado pelo senador Pedro Chaves tem mais de mil artigos

ou jurídicas. Se for constituída por um único sócio, passa a se chamar sociedade limitada unipessoal.

Na sociedade anônima, o capital social se divide em ações. Na sociedade em nome coletivo, há responsabilidade solidária e ilimitada de todos os sócios pelas dívidas e obrigações da pessoa jurídica. Já a sociedade em conta de participação é formada apenas pelo sócio participante e pelo sócio ostensivo, que pratica os atos sociais. O projeto permite que pessoas casadas sejam sócias entre si e determina que a pessoa física ou jurídica residente no exterior só pode participar de sociedade no Brasil se mantiver representante permanente no país.

O novo código não obriga o registro contábil do empresário e das sociedades em meio físico. Ele pode se dar em meio eletrônico, desde que os responsáveis tenham assinaturas certificadas junto

à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

As demonstrações financeiras periódicas são obrigatórias, mas o microempreendedor individual, o microempresário, o empresário de pequeno porte e a sociedade anônima ficam dispensados dos balanços patrimonial e de demonstração de resultado, uma vez que estão sujeitos a legislação específica.

Falência

O texto também regula o processo empresarial, que deve respeitar os princípios de autonomia das partes, presunção de igualdade real e intervenção mínima.

No caso de recuperação e falência, o processo deve esclarecer se a crise ocorreu por risco normal do mercado ou se o sócio ou o administrador contribuiu para o problema.

O projeto autoriza ainda a aplicação de lei estrangeira ao processo de recuperação judi-

cial de empresa transnacional.

O texto também trata das chamadas operações societárias, que incluem a transformação, a incorporação, a fusão e a cisão de empresas.

O novo código regulamenta as obrigações dos empresários. No caso de inadimplemento, eles ficam sujeitos ao pagamento de juros, correção monetária, indenização por perdas e danos e honorários advocatícios.

No caso da responsabilidade civil, o empresário responde pelos danos que causar por ato ilícito e, em alguns casos, mesmo que não haja culpa.

Uma das novidades são os contratos de shopping center. Nesse caso, um empreendedor cede a outro o direito temporário de uso de loja ou espaço.

O administrador do shopping center pode transferir o empreendedor para outro espaço do mesmo complexo, mas deve assegurar “a plena equivalência de potencial de negócios”.

Um dos temas mais explorados pelo novo código é o direito marítimo, com mais de 200 artigos. Um dos princípios da atividade é o do risco marítimo: os empresários podem pactuar que cada parte arque com as próprias perdas, independentemente de quem seja o causador do dano.

Outro princípio é o da limitação de responsabilidade. Ele reconhece a necessidade de incentivo à navegação comercial e sugere o “abrandamento do dever de reparação” do empresário no âmbito da responsabilidade civil.

CMO apresenta calendário a futuro ministro da Economia

Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reuniram na noite de ontem com o futuro ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro, Paulo Guedes. Foi o primeiro contato de Guedes com os integrantes do colegiado, onde está em tramitação o projeto da Lei Orçamentária de 2019 (PLN 27/2018). O encontro durou aproximadamente uma hora e meia e, segundo o presidente do colegiado, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), serviu para que a comissão apresentasse ao futuro ministro o cronograma de tramitação do projeto do novo Orçamento.

Além de Negromonte e de Paulo Guedes, que saiu sem falar com os jornalistas, participaram da reunião o relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka (MDB-MS), e relatores setoriais, como os senadores Ana Amélia (PP-RS), responsável pela área de Ciência, Tecnologia e Defesa, e Wellington Fagundes (PR-MT), relator da Infraestrutura.

Guedes foi informado que tem até a data de votação do último dos 16 relatórios setoriais, na quarta-feira da semana que vem, para propor altera-



Parlamentares apresentaram a Guedes (3º à dir.) o cronograma para a votação do Orçamento

ções no projeto. O prazo foi definido ontem, em acordo com a oposição para a votação do relatório preliminar.

Negromonte informou que não pretende estender o prazo para o governo. — A praxe aqui é cumprirmos o que foi acordado — disse.

O deputado afirmou ainda que, se a equipe de transição não aproveitar os prazos de votação do Orçamento, que seguem as determinações da Constituição, alterações do novo governo somente poderão ser realizadas em 2019:

— Caso a equipe de Bolsonaro não envie propostas para a CMO poder votar e incorporar no PLN 27/2018, o futuro governo terá de editar medidas

provisórias para mudar a estrutura administrativa e enviar projetos de lei do Congresso para alterar o Orçamento já em andamento.

Previdência

De acordo com Negromonte, Paulo Guedes também usou parte do tempo do encontro com os integrantes da CMO para defender a reforma da Previdência. O tema, que não diz respeito ao projeto do Orçamento de 2019, não foi bem recebido por alguns.

Ao sair, o deputado Weliton Prado (PMB-MG) declarou que não concorda com o texto que está no Congresso e que não apoiará o projeto como está.

Com Agência Câmara

Audiência debaterá MP que cria Agência Brasileira de Museus

A comissão mista da medida provisória que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram) promove na quarta-feira audiência com representantes do setor cultural. O debate está previsto no plano de trabalho do colegiado, aprovado ontem.

A agência substituirá o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que será extinto.

Foram convidados para o debate representantes do Ministério da Cultura, do Museu Nacional, do Conselho Internacional de Museus, da Casa de Oswaldo Cruz, do Conselho Federal de Museologia, do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, da Confederação Nacional de Trabalhadores do Serviço Público Federal e dos Ministérios da Educação e do Planejamento.

A MP é relatada pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que deve apresentar o relatório preliminar em 4 de dezembro. A votação na comissão, presidida pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), será no dia 5.

Relatora defende uso terapêutico da maconha

Marta leu ontem em comissão parecer favorável ao projeto que descriminaliza o semente, o cultivo e a colheita de *Cannabis sativa* para tratamento de doenças

PEDIDO DE VISTA coletiva na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para a semana que vem a votação de projeto que libera o uso medicinal da maconha. O texto, relatado pela senadora Marta Suplicy (MDB-SP), descriminaliza o semente, o cultivo e a colheita de *Cannabis sativa* para uso terapêutico pessoal, em quantidade não maior que a suficiente ao tratamento segundo a prescrição médica.

Marta leu ontem seu parecer favorável ao PLS 514/2017 e pediu aos senadores que realmente votem o projeto na próxima semana, levando em conta o pedido de famílias e pacientes que reconhecem o benefício da *Cannabis* no tratamento de enfermidades como autismo, epilepsia, Alzheimer, Parkinson, dores crônicas e neuropatias.

No relatório, a senadora lembra que “o sistema canabinoide participa ativamente da regulação de funções cognitivas superiores (aprendizagem, memória), da resposta ao estresse e à dor, da regulação do sono, dos mecanismos de recompensa, da ingestão de alimentos, dos movimentos e do controle postural”. Além disso, ainda segundo Marta, a *Cannabis* “regula a função de numerosas ligações neuronais (sinapses) e tem função moduladora nos sistemas imunológico, cardiovascular, gastrointestinal e reprodutivo”.

O substitutivo da senadora altera a Lei de Antidrogas (Lei 11.343, de 2006) e libera o acesso à *Cannabis* para associações de pacientes ou familiares de pacientes criadas com esse fim. Para



Pedro Franco/Agência Senado

Presidente da CAS, Marta pediu aos senadores que não demorem para votar a proposta

Marta, o tema não pode ser relegado a uma discussão ideológica ou política.

— É preciso que nos coloquemos no lugar do outro — disse.

O texto se originou de ideia legislativa sugerida por meio do Portal e-Cidadania, onde recebeu número

suficiente de apoios de outros cidadãos para ser analisado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que o transformou em projeto de lei. Depois da CAS, o texto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Alto índice de assassinatos de jovens negros no Brasil será tema de audiência

O alto índice de assassinatos de jovens negros no Brasil será tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Mais de 63 mil pessoas assinaram o manifesto Jovem Negro Vivo, da Anistia Internacional, que motivou o debate.

Trinta mil jovens são mortos por ano no Brasil, 77% deles negros. O manifesto chama a atenção para essas e outras estatísticas da violência no Brasil, país que bateu recorde de assassinatos em 2016, com mais de 62 mil homicídios.

O abaixo-assinado recebeu 63.132 assinaturas e foi entregue à CDH ontem. O documento motivou o pedido da presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), para a realização de uma audiência para apontar soluções, inclusive no que diz respeito ao financiamento de ações de segurança pública.

— Que se debata a fundo esse assunto que vai subsidiar os projetos que já estão andando, inclusive o Plano Nacional de Segurança Pública, que, por enquanto, é só um papel porque, se não se cria um Fundo Nacional de

Segurança, nada dessas coisas que são ditas aí vai acontecer.

O debate, ainda sem data definida, deverá contar com representantes da Anistia Internacional, do Unicef, da ONU, da Unesco e de outras entidades ligadas tanto à temática dos direitos humanos quanto da segurança pública.

A senadora quer convidar movimentos que dão voz às pessoas diretamente impactadas pela violência, como o Mães de Maio, formado por mães de jovens mortos durante uma onda de assassinatos em São Paulo em 2006.

— As mães de maio têm de ser incluídas, estão lá na Praça da Sé, reclamando o corpo de seus filhos negros, desaparecidos numa chacina, mortos numa chacina, mas que não têm corpo — afirmou.

Em março, o Senado aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PLS 240/2016), uma das propostas que tiveram origem no trabalho da CPI que investigou o assunto entre 2015 e 2016. O projeto está pronto para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados.

Saída de cubanos prejudica Mais Médicos, lamenta Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou ontem do trabalho que realizou quando foi relatora, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da política pública referente ao Programa Mais Médicos.

Para a senadora, os pequenos municípios são os que mais sofrerão com a saída repentina dos médicos cubanos.

— Perde muito a saúde pública no Brasil. As maiores vítimas dessa política ideológica contra a presença dos médicos cubanos será a população mais pobre, serão as comunidades mais distantes que continuarão sem médico e sem assistência de qualidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário quer ajuda para reduzir perdas com incêndio em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) lamentou o incêndio que destruiu o Distrito Sanitário Especial Indígena Leste, em Roraima. O distrito era responsável pelo atendimento de 53 mil indígenas espalhados em 400 comunidades. Medicamentos e veículos foram destruídos no incêndio, que já está sob investigação.

— Estou encaminhando um ofício ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal para que se possa fazer a apuração. Faço um apelo ao ministro da Saúde que encaminhe uma força-tarefa para dar suporte.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose pede à Câmara prioridade para saúde, educação e segurança

Rose de Freitas (Pode-ES) aplaudiu a aprovação de proposta sua que estabelece prioridades para todos os níveis da administração. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 329/2017 — Complementar obriga a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal a dar prioridade à execução orçamentária da saúde, da educação e da segurança pública. O texto foi aprovado pelo Plenário no início de novembro e enviado à Câmara.

Muitas vezes o pagamento de despesas era bloqueado, o que não acontecerá se o texto for aprovado na Câmara e virar lei, argumentou Rose.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier critica projeto que altera nomeação de diretores de estatais

Lasier Martins (PSD-RS) criticou projeto que prevê o fim da proibição de nomear, para cargos de direção das estatais e de seus conselhos de administração, dirigentes partidários, titulares de cargos eletivos em fim de mandato e pessoas que exerçam cargos em sindicatos ou alguém que, por sua ocupação ou função, gere algum conflito de interesse com a administração pública.

— São novos tempos de moralização no serviço público, em particular nas estatais, onde sabemos ocorreram tantos desvios e prejuízos à nação. E o que se quer agora é profissionalização.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burrel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Aprovado novo embaixador na Guiné-Bissau

Fábio Guimarães Franco teve o nome confirmado ontem em Plenário. Antes, em sabatina, ele destacou a importância do Brasil para a formação profissional na nação africana

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Fábio Guimarães Franco para a chefia da embaixada brasileira na Guiné-Bissau, país africano de língua portuguesa. Foram 52 votos a favor e 2 contrários, além de 1 abstenção.

Franco nasceu em 1965, no Rio de Janeiro. Em 1986,

formou-se em finanças pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Entrou para a carreira diplomática em 1992.

— O embaixador é um cidadão preparado, que desenvolve um trabalho excepcional na diplomacia brasileira. Nos últimos três anos serviu em Taiwan — disse o senador Hélio José (Pros-DF).

Pela manhã, o indicado já havia sido sabatinado e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante a sabatina, Franco ressaltou que o Brasil tornou-se muito relevante para o dia a dia da Guiné-Bissau. Há entre os países mais de 20 parcerias técnicas, responsáveis por cerca de 140 missões brasileiras dedicadas a formar quadros na nação africana.

Formação

O diplomata destacou na cooperação o Centro de Formação Profissional, aberto em Bissau, a capital do país, a partir de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Também citou o Centro de Formação das Forças de Segurança, na mesma cidade,

existente graças a uma parceria com a Polícia Federal.

— Outra estrutura gigante nossa na capital, que tornou-se um verdadeiro ponto de referência para a cidade, é o Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau. Atendemos mais de mil alunos por mês nesse centro — contou o embaixador.

Segundo ele, os alunos mais destacados acabam vindo estudar em universidades brasileiras nas mais diversas áreas.

— Já formamos aqui quase 1,5 mil estudantes da Guiné-Bissau, que depois voltam para o país e passam a fazer parte da elite — disse o diplomata.

Franco também mencionou parcerias com a Guiné-Bissau conduzidas pelo Instituto Rio Branco, pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Embrapa.

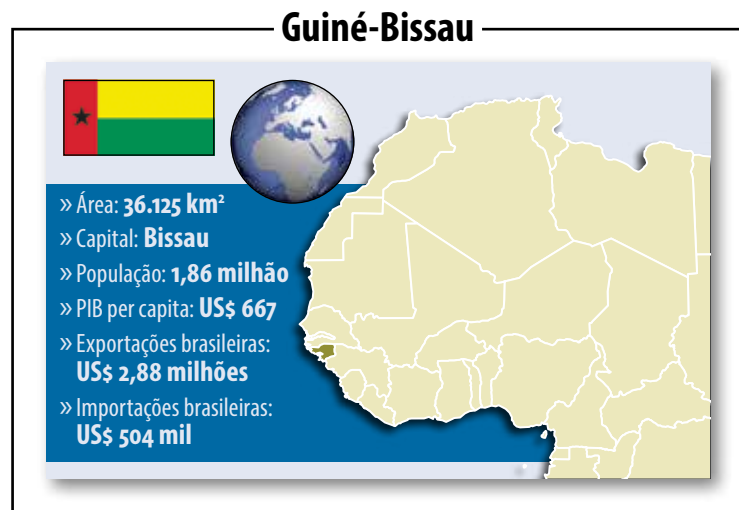


Gerardo Magela/Agência Senado

Indicação de Franco foi aprovada em Plenário por 52 votos a 2

O embaixador acrescentou que todos os acordos citados por ele são desenvolvidos em áreas críticas para a Guiné-Bissau, sendo por isso populares e reconhecidos social e politicamente na nação africana.

Alguns dos projetos, ressaltou Franco, receberam até a visita do presidente da República daquele país, José Mario Vaz.

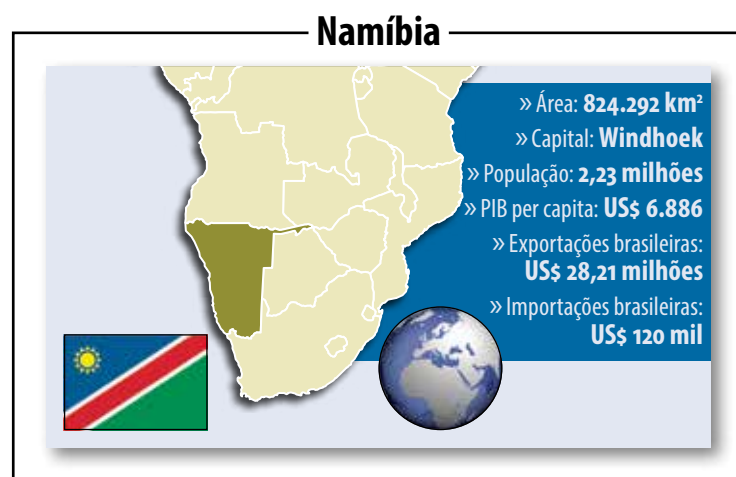


Vai a Plenário nome para representação na Namíbia

A indicação do diplomata José Augusto Silveira de Andrade Filho para a chefia da representação brasileira na Namíbia, nação vizinha à África do Sul, foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A indicação, que teve relatório favorável do senador Aírton Sandoval (MDB-SP), seguiu para o Plenário.

Na sabatina, Andrade Filho disse que a Namíbia é “abençoada por uma riqueza mineral expressiva”, com grandes reservas de urânio, diamantes, ouro, platina, cobre e zinco.

O diplomata afirmou que, caso a indicação seja aprovada



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

pelo Plenário, ele trabalhará pela assinatura de um acordo bilateral de proteção de investimentos do Brasil com o país africano.

— A Namíbia já assinou acordos desse tipo com outras nações. Seria um guarda-chuva muito apropriado para as grandes mineradoras brasileiras — explicou.

Outra prioridade é fechar um acordo de isenção de vistos para negócios, também para levar empresas brasileiras à Namíbia. Por fim, interessa ao Itamaraty estabelecer parcerias da Embrapa com a nação africana, visando à cooperação no desenvolvimento de sementes e culturas voltadas para o semiárido.

Senadores reagem a ideia de o Brasil abandonar Mercosul

A declaração da deputada Teresa Cristina (DEM-MS) de que o Brasil poderá sair do Mercosul “caso o bloco continue sendo desvantajoso” foi fortemente criticada na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ela foi indicada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para o Ministério da Agricultura e a declaração saiu na edição de ontem de *O Globo*.

O presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL), lembrou que nos últimos dez anos o Brasil teve um superavit de R\$ 87,6 bilhões com os países que fazem parte do Mercosul.

— Será que um superavit próximo a R\$ 90 bilhões é algo desvantajoso? Nestes mesmos dez anos, o superavit com a China foi de R\$ 74 bilhões e com a União

Europeia, de R\$ 22,4 bilhões. Com os EUA, tivemos deficit de R\$ 44,6 bilhões. Encaminharei este meu pronunciamento à futura ministra para que ela possa, no meu entender, rever sua posição — disse.

Collor avalia que o direcionamento mais pragmático nos últimos anos tem fortalecido o bloco e beneficiado o Brasil. A senadora Ana Amélia (PP-RS) também criticou a afirmação de Teresa Cristina.

— Os quatro países [Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai] deveriam trabalhar na consolidação de uma marca Mercosul voltada para outros mercados ao redor do mundo, que estão se abrindo. Isso beneficiaria os produtores das quatro nações, a partir de uma estratégia comercial mais agressiva — afirmou.



Presidente da CRE, senador Collor acompanha exposição de Andrade Filho

Indústria critica projeto que proíbe propagandas de cigarro

Representantes da indústria do tabaco criticaram ontem projeto que proíbe totalmente a propaganda de cigarro, inclusive nos locais de venda, cria uma embalagem genérica para o produto e torna infração de trânsito gravíssima dirigir se alguém estiver fumando e houver passageiro menor de idade no veículo.

Eles disseram, em audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização

e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), que o projeto favorece o contrabando de cigarros.

O PLS 769/2015 foi apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP). O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), acredita que ampliar o combate ao tabagismo é uma questão de saúde pública.

— Os custos com tratamento de doenças relacionadas ao tabaco, de R\$ 21 bilhões, equi-

vale a mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de tributo por ano — alertou.

Os representantes da indústria, no entanto, ressaltaram que a baixa arrecadação de impostos está diretamente vinculada ao aumento do contrabando. Segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Edson Vismona, 54% dos cigarros vendidos no Brasil têm origem ilícita. Para ele, o alvo das ações

deveria ser o comércio ilegal.

— O crime ocupou esse espaço, vende mais cigarros, evasão fiscal bilionária. E as medidas propostas no projeto vão só dar maior estímulo ao comércio ilícito. O contrabandista agradece imensamente mais essa iniciativa que nós estamos aqui discutindo.

O projeto também impede a indústria do tabaco de patrocinar evento cultural mesmo se não houver menção à

marca, o que foi criticado pelo jornalista André Noblat. Ele é editor-chefe da revista *Traços*, publicação sobre cultura do Distrito Federal e que tem parte das vendas revertida para a reinserção social de moradores de rua.

— Quando a empresa pode fazer uma coisa claramente boa para a sociedade, a gente também tira esse direito — disse.

O projeto também veda realçadores de sabor em cigarros.

Relatório sobre fundos patrimoniais é entregue

Editada após o incêndio do Museu Nacional, no Rio, a MP estabelece marco para captação de recursos privados destinados ao financiamento de instituições de interesse público

FOI APRESENTADO ONTEM o relatório da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) à comissão mista da medida provisória que cria os fundos patrimoniais de apoio a instituições de interesse público.

A MP 851/2018 estabelece um marco regulatório para captação de recursos privados que constituirão esses fundos. O objetivo é financiar, a longo prazo, instituições de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos.

Os parlamentares terão até terça-feira para negociar possíveis mudanças no relatório. A deputada acatou total ou parcialmente 29 das 114 emendas apresentadas e inseriu mudanças de sua autoria. Ela não acolheu emendas que permitiriam às fundações de apoio atuar como organização gestora de fundo patrimonial ou como instituição apoiada. Mas pelo seu texto, poderão participar como organização executora, em parceria com instituições apoiadas.

“Entendemos que o marco regulatório introduzido pela

MP 851 finalmente traz para o Brasil a exitosa experiência internacional no emprego de fundos patrimoniais [*endowment funds*] como fonte perene de recursos para instituições públicas ou privadas”, afirma no relatório.

Editada em setembro, a MP permite a criação de fundos patrimoniais e estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto.

A relatora incluiu ainda as áreas de segurança pública e de direitos humanos.

Fundos patrimoniais são formados por doações privadas e o montante obtido é investido no mercado financeiro, de modo a gerar uma receita contínua para aplicação em ações específicas.

Combinada com a MP 850/2018, que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram), a medida trata ainda da gestão e da conservação dos museus do país. A edição dessas duas medidas provisórias se deu

após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A instituição, que tinha um acervo com mais de 20 milhões de itens, é a mais antiga do gênero no país — completou 200 anos em junho de 2018.

A MP estabelece um marco regulatório para captação de recursos privados que constituirão os fundos patrimoniais. O objetivo é que esses fundos sirvam como financiamento de longo prazo para instituições de interesse público, por meio de parcerias, programas

e projetos. Poderão participar instituições federais, estaduais, municipais e distritais.

O texto também cria o Programa de Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação, batizado Programa de Excelência, com o objetivo de promover a produção de conhecimento, ciência, desenvolvimento e inovação, por meio da pesquisa de excelência de nível internacional, da criação e do aperfeiçoamento de produtos, processos, metodologias e técnicas.

Empresas que têm obrigação legal ou contratual de investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação poderão promover esses investimentos por meio do Programa de Excelência.

A relatora também incluiu benefícios fiscais relativos ao Imposto de Renda, de forma a permitir, no cálculo do IR, a dedução dos valores doados a fundos patrimoniais. A vigência da desoneração tributária ocorrerá um ano após a data da publicação da lei e produzirá efeitos a partir de 2021, pelo prazo de cinco anos.



Deputada Bruna Furlan explica seu relatório, ao lado do vice-presidente da comissão, deputado Alex Canziani

Comissão quer informações sobre lixo hospitalar no Tocantins

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem dois requerimentos do presidente do colegiado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Um deles pede esclarecimento do ministro da Saúde sobre denúncias de descarte

irregular do lixo hospitalar no Tocantins. O outro requerimento solicita informações sobre o recolhimento de contribuições pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto).

Na justificativa do primeiro requerimento, o senador relata que o governo do estado

suspendeu o contrato com a empresa responsável pela coleta de lixo hospitalar. A paralisação dos serviços afeta 16 hospitais em seis regiões. O motivo para a suspensão seria a denúncia de que a empresa fazia o descarte irregular do lixo recolhido nesses hospitais, armazenan-

do em galpão no município de Araguaína, onde foram encontradas 200 toneladas de lixo hospitalar.

Ataídes destaca a competência do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para atuar nessa situação emergencial e quer saber quais são os riscos

que essa situação traz para a população, quais são as sanções e penalizações aplicáveis à empresa responsável pelo ocorrido e se os gestores dos serviços hospitalares e as autoridades sanitárias estaduais podem ser corresponsabilizados pelo descarte irregular do lixo hospitalar.

Avaliação sobre Finep é aprovada em colegiado

O uso indiscriminado de fundos específicos para quaisquer despesas pelos governos foi criticado ontem pelo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Otto Alencar (PSD-BA). Na reunião, o colegiado aprovou o relatório de Otto sobre a política pública promovida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), eleita para ser avaliada este ano pela comissão.

O senador afirmou que ao longo de 50 anos a Finep vem apoiando estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico. O trabalho, no entanto, tem sido prejudicado pelo contingenciamento de recursos imposto pela Emenda Constitucional 95.

— Essa Emenda Constitucional 95, do controle dos gastos, acabou de liquidar todos os investimentos que poderiam



Para Otto, o contingenciamento de recursos tem prejudicado a Finep

ser feitos para a ampliação da pesquisa, da ciência, da tecnologia, para que este país, com tantas boas cabeças que tem, com tanta inteligência, com tanta gente querendo trabalhar e desenvolver pesquisa, chegasse a um patamar bem melhor do que nós estamos encerrando agora.

O relator fez sugestões para aprimorar a governança dos fundos setoriais e a atuação da Finep, como a consolidação dos vários fundos setoriais em menor número, a previsão de aportes do Fundo Social

para Ciência, Tecnologia e Inovação, apoiar o projeto que transforma o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em um fundo financeiro (PLS 315/2017) e proibir o uso indiscriminado dos fundos para qualquer despesa.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Pedro Chaves (PRB-MS), Paulo Rocha (PT-PA), Valdir Raupp (MDB-RO) e Waldemir Moka (MDB-MS) também manifestaram preocupação com o uso dos fundos setoriais.

Corte de benefícios da Previdência será debatido

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para a realização de audiência sobre os cortes em benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Segundo o senador, é grande o número de reclamações sobre suspensão indevida de pagamentos.

Desde a edição da Medida Provisória 767/2017, com o chamado pente fino do INSS, mais de 500 mil benefícios, entre aposentadorias por invalidez e auxílios-doença, foram cortados. Convertida na Lei 13.457, de 2017, a MP também previa bônus para os médicos peritos que trabalhassem a mais para revisar os benefícios. De acordo com o governo, R\$ 13,8 bilhões em pagamentos irregulares já foram economizados por

causa da operação. Segundo Paim, no entanto, é grande o número de reclamações de suspensões indevidas de pagamentos.

— Muitos aposentados por invalidez, ou beneficiários de auxílio-doença, de repente perdem aquilo e não têm direito a voltar para a empresa porque a empresa não aceita, alegando que eles não estão em condição e eles passam a viver com uma renda zero.

O senador quer saber, por exemplo, quais os critérios utilizados para o corte de benefícios.

— Eu gostaria muito de fazer essa audiência ainda este ano, chamando os peritos, chamando o pessoal da Previdência para que eles expliquem, justifiquem: qual é o critério?

Ainda não foi marcada data para a audiência.